

# Da Produção de Mercadorias à Produção de Não-Mercadorias

Carlos Lima\*

A falta de visão histórica impede que muitos cérebros privilegiados percebam que a crise da economia keynesiana começou quando ela surgiu, assim como a presença de *thanatos* se manifesta no primeiro vagido erótico da vida individual.

Lauro Campos

## Resumo

O trabalho tem como pressuposto teórico a necessidade de apreender os fenômenos sociais a partir da produção. Nesse sentido, a categoria trabalho assume importância decisiva. Os estudos relativos à relação conflitiva e contraditória capital-trabalho têm apresentado o fato de que o processo produtivo-consuntivo capitalista tem tido como impulsionador de sua dinâmica o trabalho produtor de mercadorias centradas nos dois grandes departamentos da economia: o I, produtor de máquinas de produzir máquinas, e o II, produtor de meios de consumo. O trabalho despendido nesses departamentos é, caracterizadamente, trabalho produtivo. A partir de 1929, o trabalho produtivo então dominante, cede lugar, espaço, à produção *wholly wasteful*, e esta passa a ser capitaneada pelo trabalho improdutivo-destrutivo. O Estado passa a consumir no lugar dos trabalhadores: consumo bélico, espacial, superinfóvias, propaganda etc. Nesse sentido, o consumo estatal é qualitativamente diverso do consumo dos trabalhadores: não-meios-de-consumo e não-meios-de-produção, ou seja, não-mercadorias. O trabalho improdutivo-destrutivo se torna inteiramente necessário para cobrir a insuficiência de demanda, a fim de dar um alento à dinâmica capitalista.

**Palavras-chaves:** trabalho produtivo, trabalho improdutivo-destrutivo, mercadorias, não-mercadorias e dívida pública.

## Introdução

Este trabalho rende homenagem a Lauro Campos, intelectual com quem tive o prazer de manter contato assíduo, extremamente fraternal, e que considero ter sido um dos maiores pensadores do século XX e, nesse sentido, o presente artigo terá por base as idéias por ele desenvolvidas. Além do livro editado em 2001 pela Boitempo que se intitula *A crise completa*

---

\* Doutor em Economia por Paris I, Panthéon/Sorbonne, Professor/Pesquisador da Universidade de Brasília (UnB) e Professor Colaborador do Programa de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Este trabalho faz parte de uma pesquisa que desenvolvo sobre *Trabalho, Estado, Política de Serviços Sociais no Mundo do Capital em Crise*, no âmbito do Curso de Mestrado em Serviço Social da UFPA. E-mail: karlima@terra.com.br

– *a economia política do não*, que entendo ser um dos mais agudos estudos sobre a crise capitalista, o professor Lauro teve publicado, em 1980, *A crise da ideologia keynesiana*, livro clássico da economia brasileira, que está sendo editado pela Xamã e prefaciado pelo professor João dos Reis da Silva Júnior e por mim.

A estrutura do trabalho está dividida conforme segue:

- 1) do trabalho produtivo produtor de mercadorias e,
- 2) do trabalho improdutivo-destrutivo produtor de não-mercadorias

### **1 - Do Trabalho Produtivo Produtor de Mercadorias**

A Economia política tinha uma questão preocupante que não conseguia responder satisfatoriamente: de onde vem o excedente econômico?

O genial médico francês François Quesnay, em 1758, escreve o famoso *Tableau Economique*. Neste, a sociedade é dividida em três classes sociais: a produtiva, a dos proprietários de terra e a estéril. O excedente econômico provém do trabalho dispensado pela classe produtiva na agricultura. A partir do momento que existem pessoas na sociedade que não produzem, mas consomem, Quesnay pôde diagnosticar que há uma diferença entre o que o trabalhador da agricultura produz e o que necessita para sobreviver, se reproduzir. Essa diferença, segundo o autor, só ocorre na agricultura e, portanto, o excedente econômico é proveniente do trabalho produtivo nela exercido. A classe estéril nada produz. Não é por acaso que ele defendia o ponto de vista dos proprietários de terra. Como as revoluções inglesa e francesa ainda não haviam se processado, o trabalho produtivo ficou acantonado a um setor específico da atividade produtiva, afinal de contas o capitalismo ainda não havia se *posto*, se desdobrado no real.

Foi o escocês Adam Smith que, em 1776, n' *A Riqueza das Nações* afirmou:

Existe um trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado trabalho produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. Assim o trabalho de um manufator geralmente acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o do lucro de seu patrão. Ao contrário, o trabalho de um criado doméstico, não acrescenta valor a nada. Embora o manufator tenha seus salários adiantados pelo patrão. Na realidade ele não custa nenhuma despesa ao patrão, já que o valor dos salários geralmente é repostos com um lucro, na forma de um maior valor do objeto no qual seu trabalho é aplicado. Ao contrário, a despesa de manutenção de um criado doméstico nunca é

reposta. Uma pessoa enriquece empregando muitos operários, e empobrece mantendo muitos criados domésticos.<sup>1</sup>

Aqui os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo são claramente definidos. O produtivo é o trabalho que se plasma, se coagula, se cristaliza em um objeto material qualquer e que, por conseguinte, aumenta a *riqueza* nacional e produz o “custo de sua manutenção” e o “lucro de seu patrão”. O trabalho do trabalhador improdutivo não se cristaliza em absolutamente nada, se esfuma no momento em que é feito e, portanto, não contribui para o aumento da *riqueza* nacional.

Limitado pelos condicionantes sociais da época em que vivia, pela visão de classe, por seu conhecimento inegavelmente vasto, porém restrito enquanto indivíduo, Smith ao desenvolver a teoria do valor trabalho o faz de forma limitada. Ele parte do lucro para responder a questão do excedente, acima aludida. É lógico que esta categoria está ligada à teoria do valor e, em conseqüência, torna-se necessária a exata compreensão desta para que possamos apreender tanto a positividade quanto a negatividade inerentes à dinâmica cíclica do modo capitalista de produção. Inegavelmente para o *funcionário do capital* não é “suficiente produzir um *valor de uso*; não, ele quer produzir uma *mercadoria*, não só um valor de uso, senão um valor; e não só um valor puro e simples, senão que aspira a *mais-valia*, a um *valor maior*”.<sup>2</sup> Assim, A. Smith confunde o fenômeno da coisa com a essência e o resultado é que não consegue desvelar a gênese do lucro, do juro, da renda da terra etc. O problema que se põe é que Smith não penetrou nos segredos das relações sociais de produção e, *pour cause*, não conseguiu analisar a relação social basilar do modo capitalista de produção, mostrando tanto sua *diferentia specifica* relativamente a outras relações de modos de produção pretéritos quanto à explicação, pela lei do valor, da relação capital-trabalho assalariado que é fundante deste sistema sociometabólico. Além do mais,

a teoria segundo a qual todo trabalho é criador de valor, assim como a distinção rigorosamente capitalista de todo trabalho em trabalho pago (que substitui o salário) e não pago (que cria mais-valia), assim como, finalmente, a estrita divisão da mais-valia em suas categorias fundamentais (lucro e renda da terra) – todos esses progressos [...] induziram Smith à sua curiosa afirmação de que o valor de todas as mercadorias consta de salário, lucro e renda da terra ou, sucintamente, na fórmula marxista de  $v+m$ . Daí deduzia que também a totalidade das mercadorias produzidas anualmente pela sociedade se dividia em seu valor total nestas duas partes: salários e mais-valia. Desaparece assim de pronto, completamente a categoria

---

<sup>1</sup> SMITH, A. *A riqueza das nações*, SP, Abril Cultural, V. I, 1983, p. 285.

<sup>2</sup> MARX, K. *El capital*, México, FCE, 1970, L.I, p. 138. (Tradução livre, CL).

capital, e a sociedade não produz mais que renda, mais que artigos que são totalmente por ela consumidos.<sup>3</sup>

O cerne da questão se cinge ao problema de que partindo do lucro (uma das formas de manifestação da mais-valia), a necessária relação de exploração no mundo do capital é simplesmente envelopada, parecendo que a troca da mercadoria força de trabalho – criadora de valor – por dinheiro-salário é uma troca de equivalentes quando se trata de uma troca não-equivalente. O trabalhador pensa que está sendo pago pelo seu trabalho e, na realidade, é a sua força de trabalho que está sendo paga. É a dança fantasmagórica das cadeiras.

A outra definição de trabalho produtivo formulada por A. Smith se constitui em uma revolução copernicana no que respeita a apreensão da dinâmica capitalista e, assim, é apontada por Marx:

O trabalho produtivo é aqui definido do ponto de vista da produção capitalista e A. Smith tocou o ponto certo: sobre o plano dos conceitos ele esgotou a questão. Um de seus maiores méritos científicos é o de ter definido o trabalho produtivo como trabalho que *se troca imediatamente contra capital*: troca pela qual as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, devem primeiramente se converter em capital (e o trabalho em trabalho assalariado na acepção científica do termo). É dessa forma que Malthus constata corretamente que toda a economia burguesa resta fundada nesta distinção crítica entre trabalho produtivo e improdutivo.<sup>4</sup> (Tradução livre, CL).

A citação acima aceita e sublinhada por Marx procura dar conta do processo de produção de mercadorias, departamentos I e II, no mundo do capital. Nesse sentido, o conceito evocado de trabalho produtivo é basilar para a compreensão do processo de trabalho/processo de valorização no modo capitalista de produção. A importância desta segunda definição é que permite compreender tal processo aplicado ao ciclo do capital social total. O trabalho aplicado na esfera da produção formando o capital produtivo e o trabalho aplicado na esfera da circulação formando o capital-mercadoria e o capital-dinheiro são imediatamente trabalhos produtivos na medida em que os trabalhadores recebem dinheiros-salários provenientes da troca de sua força de trabalho pelo capital. Estas determinações do conceito produzido assentam na economia fundada nos dois departamentos produtores de mercadorias.

O processo de desenvolvimento do capitalismo é eminentemente contraditório e, no século XIX, apresenta crises intermitentes sendo a de 1873 a 1896 a maior que o capital passou no século. Neste período as crises se apresentavam como inerentes à dinâmica do departamento II produtor de meios de consumo necessários à reprodução imediata da

---

<sup>3</sup> LUXEMBURGO, R. *Acumulação de capital*, RJ, ZAHAR, 1970, pp. 39-40.

<sup>4</sup> MARX, K. *Théories sur la Plus-Value*, Paris, Ed. Sociales, T. I., 1974, p. 167.

sociedade e bens de luxo. As crises eram de subconsumo e realização, ou seja: as pessoas não tinham no bolso o poder aquisitivo para comprar as mercadorias, porque o capital era insuficiente para explorar a mão de obra disponível e, em consequência, parte do valor produzido não era *realizado*. As mercadorias produzidas pelos trabalhadores produtivos não encontravam compradores. A relação produção/consumo se apresentava como um desdobramento da contradição valor de uso/valor de troca encerrada na mercadoria.

Só a partir das três ou quatro primeiras décadas do século retrasado, é que a estrutura da produção capitalista assiste ao nascimento do departamento I de máquinas de produzir máquinas - é que o capitalismo começa a modificar o processo produtivo e passa ele a ser movido, também, por esse departamento - e, então, a dinâmica capitalista começa a ser desvelada.

Os economistas Sismondi e Malthus – este, na Ilha, Sismondi no continente – mostravam que a dinâmica capitalista trazia em seu seio, inexoravelmente, uma crise de subconsumo. Malgrado as pessoas estarem com fome, o dinheiro no bolso para comprar as mercadorias que estavam nas prateleiras era insuficiente. Elas não possuíam dinheiro porque não tinham trabalho. Os capitalistas não tinham como comprar..., como explorar mais ainda a mão-de-obra que estava desempregada, porque eles não tinham como ofertar mais trabalho. Se a demanda já se mostrava combalida, contratar mais trabalhadores implicava em aumentar mais um pouco a demanda mas, no entanto, essa contratação aumentaria, mais que proporcionalmente, a massa de mercadorias produzidas provocando, conseqüentemente, o *crash* devido a sobreprodução de mercadorias.

A proposta do Sismondi é a intervenção estatal para diminuir o “*gap*” entre ricos e pobres no que ele chamava “Ordenamento Social” que era o capitalismo. Esta intervenção se processaria de maneira variada: financiamento às cooperativas agrícolas, investimento na educação, salário-desemprego, salário para depois da vida laborativa etc. Estas e outras medidas visavam garantir a reprodução da sociedade a livrando de convulsões sociais.

Como diz Schumpeter se referindo a Sismondi:

Ele foi partidário da intervenção do Estado nos negócios econômicos. Ele era firmemente a favor do mundo do trabalho. [...] É necessário aduzir que Sismondi é, de fato, um dos mais importantes precursores do que será mais tarde *Socialpolitik* e que algumas de suas recomendações – por exemplo aquela segundo a qual os empregadores deveriam garantir a seus trabalhadores seguro contra desemprego, doença e

perda de emprego devida ao envelhecimento – são entre suas contribuições as mais verdadeiramente originais.<sup>5</sup>

Malthus fez outro diagnóstico sobre a economia capitalista. Ele via que para reproduzir o mundo do capital não tem sentido fazer distribuição de renda, afinal ele era o ideólogo do sistema e, nesse sentido, visava a manutenção do mesmo. A saída malthusiana para evitar as crises capitalistas por insuficiência de demanda se constitui na contratação, pelo Estado capitalista, de trabalhadores improdutivos para poderem fazer a demanda para o capital-mercadoria a fim de lhe garantir a galinha de ovos de ouro, ou seja, a taxa de lucro.

Neste sentido Malthus assevera:

O conhecimento dos efeitos dos consumidores improdutivos sobre a riqueza nacional leva-nos a ter mais prudência em nossos esforços de reduzir seu número.

Obras públicas, abertura e manutenção de estradas e a tendência das pessoas de posses a aumentarem os seus bens e a manterem mais empregados domésticos são os meios mais diretos ao nosso alcance para restaurar a demanda de trabalho.<sup>6</sup>

É lógico que a proposição é clara: o Estado deve contratar trabalhadores improdutivos porque eles receberiam renda e aí poderiam demandar as mercadorias que o mundo do capital disponibilizava e que não encontrava compradores e, principalmente, nada produziam. A solução era: aumento da demanda sem contrapartida na oferta. O mundo das mercadorias seria dinamizado, pois estas seriam demandadas pelos trabalhadores contratados pelo Estado capitalista que, dessa forma, garantiria a reprodução do capital.

A saída sismondiana era a produção bens de luxo. Isto devido ao fato de que o estômago da sociedade não tem condições de comprar todas as mercadorias que foram produzidas enquanto que a elite tem seu estômago elasticado e, se desviarmos os recursos para os bens de luxo, a elite fará a demanda já que poderá comprar jóias, passear de iate, comprar helicópteros, ou seja, fazer os gastos conspícuos que são próprios dela.

O mundo do capital não produz somente mercadorias para o consumo imediato e bens de luxo mas, também, máquinas que produzem máquinas. Com esta produção o capitalismo se desenvolve e se torna mais completo.... e, então, novas crises aparecem já que o processo de trabalho não pára. Se houver paralisação em qualquer um dos momentos do processo de reprodução do capital, há crise. A livre concorrência apresenta a mão invisível do mercado como sendo a marca social do pensamento liberal.

---

<sup>5</sup> SCHUMPETER, J. A. *Histoire de l'analyse économique*, Gallimard, Paris, T.II, 1983, p. 161.

<sup>6</sup> MALTHUS, R. *Princípios de Economia Política e Tributação*, SP, Nova Cultural, 1996, p. 229.

Esse mundo da livre concorrência, no processo de seu desenvolvimento, que é também o de sua negação, vai ser modificado, vai ser transformado no mundo da concorrência oligopolista, monopolista. Essa concorrência implica em um desenvolvimento maior do capitalismo, em contradições entre e intra-departamentais.

A internacionalização do departamento I provocou uma crise no departamento II da metrópole.<sup>7</sup> O resultado é que o capital tem que desenvolver uma máquina que não produza mercadorias, que não produza meios de consumo porque, internacionalizando o DI, os capitalistas do DII dos países hegemônicos não teriam competitividade no mercado internacional. Dessa forma, se estaria solucionando o problema do departamento I inglês, mas ocasionando um problema para o departamento II que produzia tecidos, calçados etc.

## **2 - Do trabalho improdutivo-destrutivo, produtor de não-mercadorias**

O capitalismo tem que inventar uma máquina que seja diferente, que não produza mercadorias nem para os capitalistas e nem para os trabalhadores endividados e divididos comprarem. A nova máquina não pode produzir máquinas... não pode produzir mercadorias! A determinação da máquina foi feita em 1865 por Marx n' *O Capital* quando apresenta os 3 (três) elementos determinantes da mesma: *o motor, a linha de transmissão e a máquina ferramenta*. Da máquina ferramenta é que eclode a revolução industrial. A máquina ferramenta é aquela que substitui a mão do homem: ela fura, dobra, corta, pule, picota etc. A máquina capitalista possui as determinações do mundo do capital, e como o capitalismo é excludente; como o capitalismo joga o trabalhador no olho da rua; como o capitalismo cria indigência; como o capitalismo cria o *lumpem* proletariado ela, máquina, na sua utilização capitalista, exclui, desemprega, converte a mão de obra em pedintes, indigentes, enfim o processo de acumulação de capital cria o exército industrial de reserva. Então, a máquina substitui o homem. É o desemprego tecnológico. A máquina individual é antropomórfica, tem a forma do homem, mas a máquina total utilizada na sociedade é sociomórfica, ela tem a forma da sociedade, portanto, ela é excludente. Capitalismo é isso: é o mundo da exclusão e, mais precisamente, é a exclusão dos trabalhadores do acesso aos frutos de seu trabalho, da riqueza por eles produzida.

---

<sup>7</sup> Ver a respeito CAMPOS, Lauro. *A crise completa – a economia política do não*, SP, Boitempo, 2001.

De 1873 a 1896 temos a maior crise do século XIX e que marca a transformação da livre concorrência em concorrência oligopolista com a formação de trustes e cartéis já que o processo produtivo passou por profundas modificações por causa da transformação sofrida pela máquina. O capital vendo que internacionalizar as máquinas de produzir máquinas implicaria em crise do departamento II dos países hegemônicos, precisou produzir uma máquina que não possuísse o terceiro elemento, enfim, que substituísse a mão do homem: é a máquina de transporte que nada produz, só transporta. Não interessa se grande parte da sociedade está faminta, o que o capitalista vislumbra é o lucro, a valorização do capital. A extração da mais-valia absoluta e relativa é diretamente proporcional à magnitude do capital e força da classe capitalista perante os trabalhadores assalariados. O problema é que o processo de acumulação implica no aumento da composição orgânica, ou seja, os capitalistas são obrigados a investir em máquinas diminuindo a massa de homens que trabalha relativamente ao capital total, enquanto cresce a participação do capital constante. A dinâmica capitalista, portanto, se constitui em uma violência ao trabalhador quando o substitui pelo *capital coisa*, pela máquina, pelo aço. Ao investir em máquinas, temos o aumento da produtividade, a diminuição do custo unitário da mercadoria e um aumento da massa de mercadorias. O que os capitalistas perdem na unidade, em tese ganharão na massa de mercadorias produzidas. O problema que se põe é que ao investir em máquinas há uma diminuição relativa da massa salarial o que provoca uma crise de insuficiência de demanda que já havia sido diagnosticada pelos subconsumistas Malthus, Sismondi, Hobson, Marx, R. Luxemburgo, Keynes e outros. Dito de outra forma, a dinâmica capitalista é autofágica.

A máquina de transporte se desenvolve e ao se desenvolver, também cria contradições. Então, a internacionalização do capital, da máquina amputada, vai se constituir na dívida pública que o mundo retardatário vai conhecer.<sup>8</sup> A máquina, abolido seu terceiro elemento e substituído pela roda, se constitui em uma solução provisória já que, com ela, não se produz meios de consumo e meios de produção. O mundo bi-departamental capitalista, o mundo produtor de mercadorias, o mundo fundado no trabalho produtivo, trabalho produtor de mercadorias, forma elementar da riqueza na sociedade burguesa, passa a ser negado. Em 1917 se tinha um anel ferroviário que dava para abraçar 5 (cinco) vezes o globo terrestre em aço e os trilhos foram arrancados nesse ano porque já não mais interessava ao capital, visto que o processo produtor de mercadorias estava passando por uma profunda modificação: é a era da produção improdutivo-destrutiva característica do *well/warfare state*.

---

<sup>8</sup> CAMPOS, L. na obra citada, realiza uma análise minudente sobre o tema.



A produção mercantil capitalista vai se desenvolvendo até alcançar a produção de utilitários que se constitui no bem de luxo *par excellence*. O desenvolvimento que é o positivo, carrega consigo o negativo. A crise de 1929 espouca. Nesse ano foram produzidos 5.3 milhões de carros, em 1931, 900 mil unidades e, quatorze anos depois, em 1943, 700 mil unidades. Estes dados mostram, sem sombra de dúvidas, que o mundo fundado no trabalho produtivo, trabalho produtor de mercadorias, havia entrado em colapso. Apesar de em 1933 os Estados Unidos terem uma taxa de investimento muito alta, 17%, mesmo assim a taxa de desemprego era sensivelmente pronunciada. A mesma taxa na Alemanha era de 44% o que representava um sintoma claro de que o mundo bi-departamental, em 29, havia se exaurido. Quando isso ocorre, a solução teórica vai ser apresentada pelo maior ideólogo economista capitalista do século XX, lorde J.M. Keynes na *Teoria Geral*. A solução que é dada, Roosevelt, o presidente dos EUA, desde 1935 já desenvolvia na prática e chegou a dizê-lo no discurso dos mil dias: "*O que estamos fazendo nos Estados Unidos são algumas das coisas que se fazem na URSS e inclusive algumas das coisas que se fazem na Alemanha sob Hitler. Mas nós as fazemos de forma mais ordeira*".<sup>9</sup> (tradução livre, CL).

O que o Presidente norte-americano estava fazendo? Roosevelt havia feito a contratação de trabalhadores para ficarem em casa, trabalhadores improdutivos – solução malthusiano-keynesiana - que não iam produzir nada, que não produziram riquezas, mas receberiam salários. Todos ficariam em casa recebendo salário. Só que houve um problema: o congresso dos EUA disse que tal política era ilegal porque se estava tratando desigualmente iguais. Na realidade o presidente norte-americano estava garantindo a demanda efetiva, ou seja, fazer com que a sociedade consumisse o que anteriormente não podia fazê-lo -devido a massa salarial contraída- a fim de perenizar a *relação capital*. Havia, portanto, uma crise de sobreprodução de mercadorias. As pessoas não tinham dinheiro para comprar, as empresas estavam com 60, 70, 80% de capacidade ociosa segundo Lauro Campos e, apesar disso, as mercadorias restavam nas prateleiras. O departamento I não podia dinamizar sua produção porque os capitalistas do departamento II não tinham como comprar suas máquinas.

Em 1936 afirma Keynes na *Teoria Geral*:

Admitindo isto, o raciocínio anterior demonstra como os gastos “inúteis” provenientes de empréstimos podem, apesar disso, enriquecer no fim de contas a comunidade. A construção de pirâmides, **os terremotos e até as guerras podem contribuir para aumentar a riqueza**, se a educação

---

<sup>9</sup> MATTICK, P. *Marx y Keynes. los límites de la economía mixta*, México, ERA, 1978, p. 275.

dos nossos estadistas nos princípios da economia clássica impedem uma solução melhor. (Grifos CL).<sup>10</sup>

Nesse sentido é que "o desemprego poderia desaparecer". Ora, a propositura keynesiana tem fundamento malthusiano, ou seja, produzir objetos que não são consumidos e, *pour cause*, são não-meios de produção e não-meios de consumo (não-mercadorias) com o fito de proporcionar uma sobrevida ao mundo do capital. Neste sentido, é que se trata de "fingir para nós mesmos e para os outros que o justo é mau e o mau é justo; pois o mau é útil e o justo não".<sup>11</sup> Toda a dinâmica econômica a partir do *crash* de 1929 estará fundada no trabalho improdutivo-destrutivo, no Estado despótico, na moeda inconvertível, no déficit público etc. A produção humana, para dar sustentabilidade ao sistema capitalista, passa a produzir como partes necessárias e imanentes à sua dinâmica: guerras, drogas, lavagem de dinheiro, corrupção etc. Esse é o verdadeiro *desenvolvimento sustentável* que o capitalismo conhece e pratica. À economia bi-departamental se acopla, se desenvolve o departamento III produtor de não-mercadorias. O desenvolvimento exponencial desse novo departamento é que garantirá a demanda para os outros dois. A dominação do trabalho improdutivo-destrutivo repercute em todos os setores da sociedade dominada pelo capital. Esse é o capitalismo, ele não é outro, só vai mudando de *forma social*. As contradições vão se modificando, se agudizando, se reproduzindo. No início do século XIX assistimos às crises de infância do capitalismo, ou seja, crises de subconsumo e realização, mas já da metade dele em diante, com a institucionalização do departamento I, as crises de sobreprodução e baixa da taxa de lucro se adicionam às do departamento II e, após crise de 1929, a solução proposta é a produção improdutivo-destrutiva. A dinâmica capitalista fundada nos dois departamentos se depara com seu *finishing*. Como não existem consumidores para realizar as mercadorias produzidas, não adianta produzir mais. Como se produzirá mais se a realidade econômica apresenta setores com elevada capacidade ociosa? O investimento em máquinas novas fará com que elas retem ao lado das máquinas paradas, para produzir para quem se, já com as máquinas antigas não se tinha consumo?

Em 1936 Keynes diagnostica a crise de 1929 como sendo de insuficiência de demanda, seguindo, portanto, a linha malthusiana e propõe que se faça como antigamente em que o

antigo Egito tinha o duplo privilégio, que sem dúvida explica a sua riqueza fabulosa, de possuir *duas* espécies de atividades, a construção de

---

<sup>10</sup> KEYNES, J. M. *Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro*, Lisboa/RJ, 1970, p. 129.

<sup>11</sup> KEYNES, J. M. As possibilidades econômicas de nossos netos, In, *Keynes* (Org. Tamás Szmrecsányi), SP, 1984, p. 158.

pirâmides e a extração de metais preciosos, cujos frutos, pelo fato de servirem às necessidades do homem sem ser consumidos, não se aviltavam por serem abundantes. A Idade Média edificou catedrais e entouo cânticos. Duas pirâmides, duas missas de réquiem, valem mais que uma [...].<sup>12</sup>

Sendo a crise provocada por insuficiência de demanda efetiva, o desenvolvimento capitalista será capitaneado pelo departamento III produtor de não-mercadorias. Isso será feito pelo Estado capitalista por meio da emissão do *state money* e do endividamento público. O Estado capitalista consumirá no lugar dos trabalhadores assalariados. A produção do mundo do capital, de erótica, dinamizadora das forças produtivas, se transforma em *thanatica* no mundo tri-departamental produtor de não-mercadorias sob a dominação do trabalho improdutivo-destrutivo. Conforme analisou Campos, o Estado sai da esfera produtiva, entra na esfera da circulação e passa a consumir o que nós consumidores endividados e divididos não podemos consumir. O governo se torna o demandante monopsonico das não-mercadorias produzidas pelo trabalho improdutivo-destrutivo. Ao invés de produzir bens de consumo necessários à população mundial que passa fome, vive na indigência, o mundo do capital gasta em produtos bélicos, espaciais, em propaganda etc.

Após a crise de 1929 a solução proposta é a produção de não-mercadorias produzida pelo trabalho improdutivo-destrutivo. Como assinala Campos:

O Departamento III é, para mim, produtor de não-mercadorias, não-meios de produção e não-meios-de-consumo; produz não-mercadorias que são objetivações de trabalho não-produtivo ou destrutivo, compradas pelo dinheiro não-conversível do governo. Sua função principal é permitir que o lucro seja produzido sem que à sua produção corresponda o aumento das forças produtivas, revolucionadoras do sistema capitalista.

[...]

O capitalismo muda a forma da contradição fundamental entre forças produtivas e relações de produção ao produzir não-mercadorias, produtos incapazes de aumentarem as forças produtivas. Parte dos trabalhadores é transformada em Penélope: o resultado de seu trabalho é sistematicamente desfeito, destruído, inutilizado. “Quando se destrói o valor de uso, o que está sendo destruído é o caráter útil do trabalho nele objetivado”, determinou Marx.

[...]

O som (telefone), a imagem (televisão), as palavras (telégrafo, fax) etc., transmitem e transportam sinais que não foram produzidos. A fantástica expansão desses instrumentos de recepção se deve à sua passividade receptora, à sua negatividade, à sua inadequação para desenvolver as forças produtivas. A conquista espacial é o resultado da expansão necessária da negatividade capitalista. O turismo, a maior atividade em vários países da Europa, deve sua notável expansão ao fato de ser “indústria sem chaminé” e

---

<sup>12</sup> Ibid. p. 131.

sem motor, sem máquina-ferramenta, sem linha de transmissão, desligada da produção e da possibilidade de desenvolver as forças produtivas. [...] Em 1988, 70% da população ativa dos Estados Unidos se ocupavam em atividades terciárias, que Adam Smith, Malthus e Marx consideravam improdutivas - soldados, funcionários públicos, artistas, professores, padres - eram os trabalhadores improdutivos do Mundo do Trabalho.<sup>13</sup>

A reprodução material e social destas relações cindidas, conflitivas, contraditórias e antagônicas no mundo retardatário vai apresentar-se de forma diversa da que se processa nos países hegemônicos. Naquele predomina uma economia semi-integrada que não possui a *totalidade* do departamento I, existente nas economias hegemônicas. O departamento II das economias centrais é mais complexo e elaborado do que o existente nas economias periféricas e, *last but not least*, as economias dependentes não têm condições de comprar o DIII das economias integradas - o que demonstra, de forma insofismável, que o poder do dinheiro nacional das sociedades subdesenvolvidas é qualitativamente limitado, refletindo, portanto, a condição de subordinação das economias retardatárias *vis-à-vis* economias centrais. A dinâmica das economias semi-integradas é sobredeterminada pelo pólo hegemônico mundial.

O Brasil, do atual governo, transferiu em 2005 R\$110 bilhões de reais para as 20.000 (vinte mil) famílias mais ricas do país, enquanto que os muito pobres receberam no mesmo ano R\$7 bilhões de reais. Ainda em 2005 os gastos com publicidade foram praticamente iguais aos de campanhas preventivas de doenças e vacinação. Esta recebeu, segundo o SIAFI, R\$2 milhões de reais a mais do que aquela.

É inegável que a maior fonte de recursos para a manutenção do processo de reprodução do capital são os fantásticos gastos que os Estados imperialistas fazem na compra de produtos bélicos. Nesse sentido,

As Nações Unidas, mas também a União Européia e a OTAN, intervêm, por outro lado, crescentemente no quadro de missões de paz multilaterais, e existe uma inegável correlação entre esta tendência e a diminuição de conflitos armados. Em certa medida, a comunidade internacional integrou o dever de ingerência para fazer cessar o arbitrário ou a agressão, e ela tomou cada vez mais consciência que ela aprova operações de pacificação ou tipo de guerras, que são “justas”.

Em 2005, o relatório SIPRI (instituto internacional de Estocolmo de pesquisa para a paz) apontou que 58 missões desse tipo estavam em atividade com um total de 289.500 militares e 175.000 civis voltados para a tarefa de manutenção da paz. Esse número assume dimensões impressionantes se levarmos em consideração que entre 1948 e 1989, foram 40 as missões de paz.....

---

<sup>13</sup> CAMPOS, L. O longo caminho em direção à produção improdutivo-destrutiva, In, *Coleção Lauro Campos I*, mimeo, s/d.

A intensidade dos conflitos aumenta, encorajada notadamente pelo crescimento das despesas militares. Em 2005, as despesas mundiais com armamentos atingiram a cifra de US\$ 1,118 trilhão, uma alta de 3,4% em relação a 2004 e de 34% sobre o período 1996-2005. Os Estados Unidos são responsáveis por 80% deste aumento o qual é devido, notadamente, aos conflitos no Iraque e Afeganistão.<sup>14</sup>

Os gastos em produtos bélicos, espaciais e nas variegadas formas anti-sociais assumidas pelas não-mercadorias se mostram fundamentais para dinamizar a economia fundada no departamento III durante parte ponderável do século XX. Por intermédio do dispêndio público o Estado capitalista garante a demanda para as unidades produtivas privadas que, caso contrário, entrariam em colapso. A demanda sob a dominação do trabalho improdutivo-destrutivo se constitui em objetos qualitativamente diversos dos demandados por trabalhadores: tanques de guerra, AR-15, superinforvias, propaganda, naves espaciais etc. Ao pagar fantásticamente bem as empresas produtoras de não-mercadorias o Estado capitalista lhes garante uma elevada taxa de lucro e, *pari passu*, aumenta a massa salarial ao induzir as *empresas da morte* a contratar trabalhadores para produzir artefatos *thanaticos*.<sup>15</sup> A demanda ainda se torna mais elevada pelo colossal crescimento do setor terciário (terciário do governo, terciário das empresas e empresas terciárias)<sup>16</sup> que não produz sequer um átimo de riqueza social.

As duas mil obras públicas não acabadas neste país, são não-mercadorias porque não podem ser utilizadas. De qualquer forma, houve aumento da demanda na sociedade visto que os trabalhadores foram pagos para produzirem aqueles esqueletos que não têm utilidade porque inconclusos.

Os gastos no modo capitalista de produção têm que ser *wholly wasteful*, ou seja, completamente dissipadores e não parcialmente dissipadores. Os principais instrumentos macroeconômicos keynesianos, para implementação de tal política, são: dívida pública e emissão de moeda-estatal. A emissão do *state-money*, moeda inconversível, filha da crise de 1929, possibilitou pagamentos extraordinários, pelo Estado, aos empresários da produção *thanatica* dinamizando o crescimento capitalista nos chamados “anos dourados”. Em compensação, tais pagamentos põem em perigo a economia capitalista por causa da inflação e, então, o Estado emite títulos da dívida pública a fim de “enxugar a base monetária” que ele próprio havia “alagado”. Nos anos 70, a economia capitalista dinamizada pelo endividamento público entra em crise. É a crise da dívida pública e de desproporção causada pelo fantástico

<sup>14</sup> ZECHINE, Laurent., *Un monde en guerres*, Paris, Le monde dossiers et documents, 16/09/2006.

<sup>15</sup> Além disto, uma parcela da população, altamente qualificada e bem dotada, deve, necessariamente, dedicar-se à produção de armas, de produtos bélicos, de mercadorias explosivas e destruidoras que consomem a vida “útil” de seus produtores e destroem as populações que as “consomem” ao serem vítimas pelas guerras. CAMPOS, L. *Xuxu, targeting e o neofetichismo*, mimeo. *s/d*.

<sup>16</sup> Ver a respeito CAMPOS, L. *Mecanismos de sustentação do crescimento I – o terciário*, UnB, 1973, mimeo.

crescimento do DIII que impõe a hipertrofia da economia dominada pelo trabalho improdutivo-destrutivo.

Agora, o capitalismo agônico, em *crise completa*, assiste aturdido as convulsões que ameaçam sua transformação qualitativa e, para poder manter o mundo do capital que é o mundo do terror em crise, a economia capitalista recorre às guerras localizadas já que não pode mais lançar mão da dívida pública na escala necessária para resolver, transitoriamente, as contradições que o capitalismo vem acumulando e que hoje se manifestam. As não-mercadorias que se constituíram em solução provisória para a crise do mundo das mercadorias em 1929, estão sendo negadas. O chão da crise se apresenta, então, de forma virulenta.

Assiste razão a Campos quando afirma:

A negatividade que impregna as não-mercadorias, o trabalho não-produtivo, o Estado destrutivo, bélico, sustentado pelo dinheiro não-conversível, que contamina a tecnologia capitalista, que nega o emprego, o acesso aos bens da cultura, será negada pela presente crise. Neste sentido só a crise tem poder de destruir o conteúdo negativo acumulado no “desenvolvimento” capitalista, preparando as bases de uma sociedade que, ao invés de maximizar o lucro, maximize a vida e suas manifestações construtivas.<sup>17</sup>

Brasília, 07/10/2007

---

<sup>17</sup> CAMPOS, L. *A crise completa – a economia política do não*, SP, Boitempo, 2001, p. 333.

## Bibliografia

- CAMPOS, L. *Mecanismos de sustentação do crescimento I – o terciário*, UnB, 1973, mimeo.
- \_\_\_\_\_. O longo caminho em direção à produção improdutivo-destrutiva, In, *Coleção Lauro Campos I*, mimeo, s/d.
- \_\_\_\_\_. *A crise completa – a economia política do não*, SP, Boitempo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Xuxu, targeting e o neofetichismo*, mimeo. s/d.
- KEYNES, J. M. *Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro*, RJ/Lisboa, Fundo de Cultura, Lisboa/RJ, 1970.
- \_\_\_\_\_. As possibilidades econômicas de nossos netos, In, *Keynes* (Org. Tamás Szmrecsányi), SP, 1984.
- LUXEMBURGO, R. *Acumulação de capital*, RJ, ZAHAR, 1970.
- MALTHUS, R. *Princípios de Economia Política e Tributação*, SP, Nova Cultural, 1996.
- MARX, K. *Théories sur la Plus-Value*, Paris, Ed. Sociales, T. I., 1974.
- MARX, K. *El capital*, México, FCE, 1970, L.I.
- MATTICK, P. *Marx y Keynes. los límites de la economía mixta*, México, ERA, 1978.
- SCHUMPETER, J. A. *Histoire de l'analyse économique*, Gallimard, Paris, T.II, 1983.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*, SP, Abril Cultural, V. I, 1983.
- ZECHINE, Laurent., *Un monde en guerres*, Paris, Le monde dossiers et documents, 10/09/2006.